



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

MOVIMENTOS DE RUA NO BRASIL: AS MULTIDÕES DE JUNHO NO BRASIL: SEM PROJETOS E SEM PARTIDOS?

ESPINEIRA GONZALEZ, Maria Victória

Doutora, Ciências Política

Ufba

victoria@ufba.br

AGUIAR DIAS, Ruy

Doutor, Opinião Pública

UNEB

rdias@uneb.br

Resumo

Nas últimas décadas, a democracia na América Latina experimentou avanços importantes no plano formal. Contudo, esses avanços não apresentaram os mesmos resultados no plano social, o que tem levado à emergência de movimentos sociais de rua com características distintas de seus congêneres anteriores. Este trabalho pretende discutir os eventos políticos de junho de 2013, no Brasil, a partir da perspectiva da categoria de multidão, formulada por A. Negri e M Hardt, que enfoca formas de enfrentamento do “*Império Global*”. Destacam-se, nesses eventos, uma crise de representatividade, seu caráter policlassista, seu discurso apartidário, a sua horizontalidade, uma certa indefinição de opositores e aliados e a introdução de um grande número de pautas distintas. Aparentemente, esses movimentos defendem novas formas de participação negando os partidos políticos e a representação parlamentar, ambos, em certa medida, desacreditados pelo discurso anticorrupção. Entende-se que esse é um momento de repensar não só a política no Brasil, mas em toda a América Latina, onde o fenômeno tem ocorrido. A ênfase deste trabalho, recai sobre a singularidade do movimento nas principais capitais brasileiras. Para compreensão dos movimentos, o pano de fundo do estudo está nas transformações que ocorreram no País, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder. Mudanças estas que envolveram tanto o campo simbólico (novas religiosidades) como a ampliação da inclusão social com a chegada de grandes segmentos ao mundo do consumo.

Abstract

In a broader context these movements are noteworthy when considered in the context of the re-emergence of civil society in Latin America over the last few decades. This process has brought significant advances in representative democracy in the formal political arena without the parallel development of social results. In this context the street movement represents an urgent and distinct rupture in relations to the articulation of social movements to date. This study aims to discuss the events of June 2013 through the optic of the *Multitude*, as formulated by A. Negri and M Hardt, which consider ways of confrontation with the “*Global Empire*”. These events are distinguished by a crisis of representation and their horizontal and diverse class nature; their non-partisan discourse and associated lack of definition in terms of opposition, which is non-the-less aligned to a large number of distinct claims. The reason given why these movements hold to a non-partisan, non-parliamentarian articulation is due, to a greater-or-lesser extent, to the disrepute in which these forms of representation are currently viewed as a consequence of a prevailing anti-corruption discourse. As such, although the focus of this study remains in the Brazilian cities in which this phenomenon is currently manifesting, these events offer an opportunity for reassessment of the political developments in Brazil and Latin America. With this backdrop, the study looks to understand these movements as part of the particular transformation that is unfolding in Brazil, arising directly from assumption of national political office by the Worker’s Party (Partido dos Trabalhadores). These changes involved the relations with the symbolic (in the form of new expressions of religiosity) as well as the social inclusion of large segments of the population and their respective access to consumer goods and services.

Palavras-chave: Multidão, Movimentos Sociais, Representação Política, Partidos

Keywords: Multitude, PoliticalRepresentation, Party

1.

No Brasil e em outros países da América Latina, os processos de democratização têm imposto questões sobre participação e movimentos sociais, que nos obrigam a repensar profundamente os modelos de democracia e de participação política.

O Brasil desenvolveu, a partir da Constituição de 1988, um projeto democrático participativo,¹ que conta com instrumentos de interfaces institucionais entre sociedade civil e Estado. Estas interfaces, como os Conselhos de Cidade, de Saúde, de Segurança, os Orçamentos Participativos, além de diversos fóruns e audiências públicas, desenvolveram novos espaços para a participação cidadã e estimulam a participação política.

Esse modelo apresentou resultados diversos, alguns com maior atuação e inclusão do que outros, mas não foi suficiente para canalizar toda a demanda reprimida da população e garantir espaço aos movimentos sociais-MS mais tradicionais como os movimentos por moradia, os “sem terra”, os quilombolas, entre outros.

Em julho de 2013, a sociedade política foi surpreendida por movimentos que apresentavam características novas e se notabilizaram pelas pautas difusas, pela rápida mobilização, intensidade, visibilidade e ações violentas. Chamou a atenção também o aparecimento de novos atores no cenário das movimentações de rua. A falta de lideranças e de vínculos partidários (pelo menos de forma aparente), sem reivindicações claras e sem unificação, foi, num primeiro momento, a principal característica atribuída essas manifestações, - que poderiam sugerir uma crise de representação de grande dimensão, capaz de por em risco o processo democrático.

De fato, os protestos de rua de junho de 2013, nas principais capitais brasileiras, apresentaram um perfil que, de imediato, não pode ser conformado nos modelos de MS mais tradicionais, que ocorreram na arena política brasileira nas últimas décadas, e nem na visão simplificada, dada pela *mídia*, que os apresentou como um fenômeno inteiramente novo, resultado de um desagrado com gastos para realização da Copa do Mundo de Futebol e o combate à corrupção.

Diferentemente dos elementos que caracterizam a maioria dos movimentos sociais, que têm uma identidade, um interesse em comum, os protestos se apresentaram de forma difusa, heterogêneos e com interesses os mais variados e antagônicos, juntando muitas vezes aliados. Evidenciando-se também que segmentos dos manifestantes não tinham clareza de quem eram os opositores e para quem se dirigia o protesto. Seus alvos eram os governos municipal, estadual, federal ou até mesmo indivíduos, como foi o caso das manifestações contra as posições assumidas pelo pastor e deputado pelo Partido Social Cristão (PSC), Marco Antônio Feliciano, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

O fenômeno ensejou vários estudos acadêmicos que pretendem dar conta do que ocorreu neste processo, suas causas e consequências. Abordar essas manifestações que aconteceram no Brasil exige recolher as singularidades do movimento em cada cidade, procurando portanto, ter uma maior aproximação do que essas mobilizações representam.

Assim, uma das características mais destacadas na *mídia* foi o seu suposto apartidarismo. Não restam dúvidas de que esse fenômeno tem-se tornado cada vez mais frequente nos movimentos de rua, tanto de matriz europeia quanto norte-americana, como o “Ocupa Wall Street”, ou simplesmente “*Occupy*”, ou nos chamados movimentos mundiais, que tenderiam a se reproduzir por efeito de imitação, principalmente após os movimentos da Tunísia, que deram origem à chamada 'primavera árabe'.

Essa, no entanto, não é ao nosso ver a realidade predominante dos movimentos de rua da maioria dos países do continente latino-americano, onde ficam mais ou menos claras as simpatias, a proximidade ou pertença a algum partido político, ou em outras palavras, de que lado diversos grupos se posicionam politicamente.

Na verdade, o apartidarismo ou o antipartidarismo muitas vezes escamoteiam uma tendência à direita, ou podem resultar em situações paradoxalmente opostas ao que pretendem os manifestantes, como de fato ocorreu, tanto pela abstenção decorrente de um dos *slogans* dos manifestantes que dizia “Nossos sonhos não cabem nas urnas” quanto pelos votos massivos dos jovens no Partido Popular (de direita) em eleições recentes na Espanha como muito bem observou Nogueira (2013).

Uma análise mais detalhada dos eventos de junho revela, contudo, que ao contrário do divulgado, estes contaram com o apoio, explícito ou não, de diversos partidos de esquerda e de centro-direita, que estão na oposição ao atual governo. As manifestações, além do apoio tático do PSDB, contaram também com a participação de militantes de partidos políticos como o Psol, o PSTU e do próprio PT. Essa atuação partidária ficou mais visível nas investigações sobre a morte de um cinegrafista durante um dos protestos no Rio de Janeiro, quando uma das testemunhas envolvidas informou que alguns dos participantes estavam recebendo ajuda financeira de partidos.

Os protestos de julho foram também apresentados como uma cadeia de situações díspares e pontuais. Além da questão do transporte, os noticiários elencaram causas como: o caos urbano (devido ao grande número de veículos licenciados nos últimos anos,) protestos contra gastos excessivos e corrupção na construção da infraestrutura para realização de mega eventos como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, contra a corrupção política (de maneira geral), questões de gênero e de sexualidade.

A questão dos recursos gastos para realização dos megaeventos foi e continua sendo a principal bandeira das manifestações de junho (segundo a *mídia*). Esta questão estava associada aos desvios de recursos para realização da Copa do Mundo de Futebol, principalmente as reformas e construções dos estádios. De forma secundária, eram também mencionadas as Olimpíadas de 2016, a serem realizadas no Rio de Janeiro.

Quanto a isso é preciso observar que a definição do orçamento para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas ocorreu anos antes dos protestos e, na ocasião, as escolhas do Brasil e do Rio de Janeiro como as sedes dos jogos da Copa e dos Jogos Olímpicos de 2016 foram saudada com grande entusiasmo pela população.

Assim, pode-se afirmar que a população não levou em consideração o custo que estas escolhas representariam para a sociedade, pois, um ano antes, a realização dos Jogos Pan-americanos, também no Rio de Janeiro, já havia sido alvo de diversas denúncias sobre desvio de verbas e gastos desnecessários com equipamentos pouco úteis. A realização do mundial de futebol na África também chamou a atenção da *mídia* e da população para os gastos excessivos com estruturas que seriam subutilizadas após os eventos. Desse modo, consideramos que a simples presença destes temas não seria suficiente para desencadear as manifestações, pois, aparentemente, não representaram a entrada de novos tópicos na agenda política brasileira.

Estes fatos sugerem, portanto, que outros elementos confluíram para a realização dos protestos da forma como ocorreram e sua interpretação significa partir para um contexto mais amplo, que permita uma visão de como os elementos do fenômeno se estruturaram. Sem dúvida, um aspecto a ser considerado nesse quadro dos movimentos de rua, aqui no Brasil, é que eles podem resultar de distintas insatisfações, o que permite a participação também de distintos atores.

2.

Numa primeira tentativa de apreensão dos fatos ocorridos nas principais capitais brasileiras, precisamos considerar que se assiste ao engessamento das práticas políticas, diante do capital internacional, e ao distanciamento dos partidos políticos, principalmente os de esquerda, que não conseguem responder aos anseios dos grupos excluídos numa economia tão globalizada e dependente. Isso tem contribuído para estimular um desencanto da população com as chamadas 'promessas não cumpridas' da democracia e dos programas dos partidos políticos de esquerda. A população tem pressa e quer ver mudanças sociais ocorrendo, mas diante de um contexto político plural, não são fáceis de ocorrer sem criar conflitos.

Uma outra questão pertinente é apontada por Nogueira quando observa que:

A sociedade brasileira apresenta graves *déficits* organizacionais oscilando entre as ruas e o estado sem a presença ativa da sociedade civil entendida como plano superestrutural em que se organizam interesses ideias e consensos. (2013:61)

Sem desconhecer outras interpretações possíveis, pretende-se esboçar aqui uma tentativa de aproximação dos fenômenos mencionados com base nas perspectivas mais inovadoras dos ciclos de confronto e multidão e no

instrumento analítico da teoria das oportunidades políticas, desenvolvido por autores como Sidney Tarrow e Charles Tilly, que destacam diversos elementos como a conjuntura e estrutura de oportunidades políticas em que ocorreram as manifestações, as práticas comunicativas, o papel que determinadas redes assumiram na mobilização e os tipos de ação que promovem a política de conflito.

O filósofo político António Negri, em seu livro “Multidão”, reconhece que o enfrentamento da nova forma de “soberania global” exige um projeto que parta do reconhecimento da existência da exploração e da opressão contemporâneas e que, diante destes fatos, é necessário desenvolver esse conceito de multidão, que, segundo o autor, teria o potencial de constituir um “sujeito político”. Para Negri, esse projeto para enfrentar essa soberania global deve levar em conta o “potencial efetivo dos desenvolvimentos e libertações alternativas”, que estariam potencialmente presentes na multidão. Mas, nos casos de conflito entre a representação política e a soberania, a primeira só adquire uma força mais balanceada se houver o apoio das ruas. Acreditamos, no entanto, que também seria essencial que esse apoio das ruas contivesse uma explicitação de um projeto unificado (o que não é o mesmo que uniformizado).

Contudo, não ficou evidente nas manifestações de junho a ideia de um projeto unificado. Ao contrário: em relação à maioria das pautas dos protestos, o que se viu foi uma fragmentação de bandeiras, dificultando-se assim sua integração a qualquer projeto de aprimoramento da democracia, ao mesmo tempo em que, paulatinamente, se insinuava um grupo com um perfil mais nacionalista, com exacerbação de símbolos nacionais e que flertavam com propostas de cunho autoritário contra o parlamento.

Acreditamos que Sidney Tarrow é um estudioso útil na compreensão dos mecanismos postos em movimento, ao observar que a ação coletiva é influenciada por oportunidades políticas no sentido de propiciar situações favoráveis ou não ao seu desenvolvimento. Entre as estruturas que criam facilidades ou constrangimentos às ações coletivas estão as alianças e os conflitos, e o papel que têm as instituições estatais, entre outras. A análise do cenário político e econômico brasileiro fornece algumas pistas para a aproximação com o nosso objeto de estudo por essa linha de investigação.

Como uma primeira aproximação do nosso objeto, nos fixaremos inicialmente no papel que o Movimento do Passe Livre assumiu nos eventos de julho. Protestos contra aumento das tarifas de transporte público não são novidade no cenário político brasileiro. Em 1981, mais de 500 ônibus foram depredados durante um quebra-quebra em Salvador, quando o prefeito da cidade era Mario Kertész.ⁱⁱ Em 2003, também em Salvador, ocorria a chamada Revolta do Buzu, que contou a participação de figuras difusas. (principalmente estudantes de colégios particulares e públicos). Embora na ocasião a *mídia* tenha apresentado a Revolta como partidária, estudos posteriores (Espíñeira González, 2011) indicaram que dela participaram partidos políticos. A Revolta do Buzu deu origem ao Movimento do Passe Livre – MPL, que passou a promover ações com certa regularidade. Mas, esse tipo de manifestação logo após ocorre também em Florianópolis e torna-se bastante emblemático nos eventos futuros como no encontro mundial “um outro mundo é possível”. O Mov. Passe Livre, que se tornou o responsável pelo desencadeamento dos protestos, assumiu uma grande centralidade nas manifestações. O MPL possui tanto as características dos movimentos sociais de organização e articulação que são anteriores às manifestações de junho, de caráter mais espontâneo, como ao mesmo tempo apresenta aspectos mais contemporâneos, como o uso do recurso da articulação através das redes sociais.

O MPL pode ser descrito como um movimento de amplo espectro do qual participam

jovens, secundaristas, universitários, trabalhadores e desempregados, de várias cidades brasileiras – em sua luta por uma cidade mais justa adquiriu importância crescente, na última década. Sendo o transporte público privatizado, caro e ineficiente (o inimigo visível e nomeado). Pode-se afirmar de antemão que ele faz parte de uma ideologia urbanista mais ampla que privilegia o automóvel e cria os engarrafamentos. Se pode entender a lógica dessa ideologia observando a prática, desenvolvimentista, de atração de montadoras internacionais e os gritos de guerra são: “Por uma vida sem catracas”, “Passe Livre Já”. O Movimento Passe Livre defende e reivindica o uso da cidade no tempo agoraⁱⁱⁱ.

O MPL possui uma proposta consistente, de cunho mais progressista e apresenta característica de um movimento social. Trata-se de uma luta em que bandeiras anticapitalistas são reafirmadas, procurando

transferir o custo dos serviços públicos de transporte da conta do usuário, que no Brasil é majoritariamente das classes populares, para a conta da sociedade como um todo.

Na sua Carta de Princípios, o MPL é apresentado como^{iv}:

- "Um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário.". Ou seja, há uma rejeição das formas de organização hierárquicas da esquerda histórica, tais como sindicatos e partidos.
- "A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.". Rejeição também das formas de organização que não são de esquerda e das formas de financiamento terceiro setor.
- "A via parlamentar não deve ser o sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas.". Rejeição da democracia representativa, anseio de democracia direta
- "O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade". Reivindicação específica: passe livre, e objetivo estratégico: construção de outra sociedade
- "Participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local.". Alianças pontuais e conjunturais com outros movimentos e organizações; partidos, sindicatos, agremiações estudantis
- "O MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais.". Além de se manifestar, é necessário manter a possibilidade de manifestação
- "Os projetos reivindicados para a implementação do passe livre para uma categoria não devem implicar em aumento das tarifas para os demais usuários.". Não se busca apenas beneficiar os estudantes, maioria nas manifestações, mas todos que usam transporte coletivo
- O MPL se organiza, então, de maneira autônoma, não partidária e não dependente de fonte de financiamento externa, mas está disposto à comunicação e à correlação contingente com outros movimentos e partidos.
- O MPL se organiza na luta pelo transporte público e gratuito como meio de transformação social e não somente como reivindicação pontual.
- Como organização, todavia, o MPL se coloca dentro da esfera legal.

A queima da catraca é um dos rituais simbólicos praticados durante os protestos (dissertação de mestrado "O uso de gritos de guerra e imagens do Movimento Passe-Livre" (2013):

- Queimar é uma maneira de danificar e de inutilizar a catraca, mas, de toda maneira, mesmo que ela fique carbonizada, ainda manterá sua integridade, ainda poderá ser percebida como uma catraca inteira.
- Queimar é uma chamada à ação. O fogo como metáfora de manter a chama acesa, continuar os protestos, manter o envolvimento e o nível de energia.
- Como a queima não quebra, ela é um ritual que pode ser repetido. É possível queimar a mesma catraca inúmeras vezes, em sinal de protesto e de maneira a inflamar os protestos.

Observando a atuação do Movimento Passe-Livre (MPL), percebe-se que se trata de um coletivo político organizado, com uma pauta bem definida e voltada para a obtenção de transporte público gratuito no Brasil. Este aspecto é destacado pelos participantes, a maioria estudantes, que alegam ter objetivos mais amplos, não se limitando a conseguir um benefício para a categoria, mas desenvolver um processo de luta para beneficiar toda a população, constituindo deste modo num projeto alternativo para a sociedade.

Sua organização é apresentada como horizontal, autônoma, independente. Mantém articulação, mesmo que pontuais e contingenciais, com outros movimentos. Seus integrantes são, na maior parte, oriundos da militância política e estudantil.

Esse movimento apresenta alguns elementos inovadores. Não prioriza a vida parlamentar, nem as relações com partidos, políticos, sindicatos e outras organizações estruturadas de forma vertical, com lideranças reconhecidas, rejeitando também as formas tradicionais da representação política; defende a democracia direta, das ruas, valorizando as manifestações como instrumento de ação política. Mas aqui é necessário fazer uma importante ressalva. O MPL se apresenta como apartidário, mas faz questão de explicar que sua opção não é pelo antipartidarismo, como o que esteve presente em grande parte dos grupos que participaram dos protestos de junho.

Como observa Emir Sader, o primeiro protesto de junho ocorreu no dia 6, a partir de uma convocação do MPL – com uma pauta dirigida inicialmente à esfera do governo estadual, contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo – e reuniu cinco mil pessoas. As manifestações seguintes envolveram até 100 mil pessoas, como durante a comemoração pela vitória do movimento, que conseguiu barrar o aumento dos transportes urbanos. Sader afirma que os protestos, inicialmente dirigidos aos governadores, rapidamente se espalharam e passaram a ser dirigidos contra o governo federal, e atribui esse crescimento ao papel da mídia, que com uma rejeição inicial ao movimento, depois passa a apoiá-lo, por perceber que ele desgastava o governo federal^v. De fato, quando os manifestantes passaram a contar com uma mídia própria, constituída por participantes que gravavam os acontecimentos em seus celulares e os divulgavam nas redes sociais, ocorreu uma mudança sutil no comportamento da mídia, que foi obrigada a mudar a postura, diante da participação de grupos que utilizavam meios mais provocadores (quebra-quebra).

Esse e um outro ponto que merece uma reflexão mais distanciada sobre os fatos. Alguns autores mencionam que a repressão brutal que se abateu sobre os jovens do MPL contribuiu para uma maior adesão da população às manifestações e isso precisa ser melhor entendido. Nos últimos anos vinha ocorrendo em todo país, diversas pequenas manifestações de rua sobre questões tanto regionais quanto locais, com interrupções de trânsito, queima de pneus etc. sem que houvesse repressão policial. Por isso entendemos que é preciso examinar que papel teve nestes acontecimentos a “estréia no cenário nacional” os protestos dos *Black Blocs* que até então eram desconhecidos. Esse grupo tem como principal foco de suas ações a resistência à ação da polícia e a destruição de símbolos do capitalismo, como lojas de Grifes e agências bancárias. É fácil perceber que a falta de um projeto político que sirva de suporte torna as ações deste grupo um fim em si mesma e talvez a recompensa para os participantes seja a visibilidade que conseguem obter com seus feitos muitas vezes espetaculares. Os membros deste grupo, segundo algumas declarações na imprensa, não se conhecem nem existem reuniões preparatórias para definir pautas ou discutir projetos. Com isso eles deixam de ter um objetivo político claro focando apenas nas ações, sem articular consensos e pautas.

No caso do movimento que tem demonstrado maior persistência, o “não vai ter copa” pode-se observar o vazio que representa essa proposta em termos políticos, considerando que, uma vez atingido o objetivo o que ele representaria em termos de um projeto político? Que benefício e impacto traria? Não se trata de uma pauta com uma demanda que leve a um direcionamento político e econômico a não ser de forma acidental que seria o de prejudicar a posição do governo nas próximas eleições. Trata-se apenas de dar vazão a um fenômeno cada vez mais presente nas discussões políticas e que talvez anuncie a morte da política, que é a intolerância, o ódio. Neste ponto nossa hipótese comunga com a da economista Maria Conceição Tavares que aponta a falta de utopias, onde o ódio prevalece^{vi}.

Desse modo, as manifestações de rua e o espaço da mídia passaram a ser um campo de disputa ideológico entre a direita e a esquerda e, com o apoio da mídia, como observa Sader, houve um afloramento de pautas de cunho conservador, nacionalista e autoritário, que até então estavam em segundo plano. As manifestações que se seguiram às convocações iniciais do MPL de certo modo confirmam essa nossa hipótese, considerando-se a ocorrência de agressões aos partidos e movimentos de esquerda como a CUT (Central Única de Trabalhadores) e o PT, que tentaram participar do movimento.

Outro aspecto importante na abordagem do nosso objeto é a compreensão do quadro institucional e político e econômico em que se deram os protestos. Entendemos que o continente latino-americano vive um novo ciclo histórico de liberdades políticas, superando os muitos anos de caminhos contrários a uma democracia, seja no plano formal (das regras) como no plano social.

Curiosamente, não foram os temas tradicionais como exclusão, desterritorialização da produção, desestruturação econômica ou do mundo do trabalho que serviram de base para as mobilizações e protestos. Ao contrário, os resultados econômicos positivos contribuíram de forma indireta para a insatisfação de alguns setores. O aumento de renda da população mais pobre contribuiu para o aumento da insatisfação entre os setores médios, que vêm com desconfiança o ingresso, no mercado, de novos contingentes da população anteriormente excluídos. O aumento da demanda de alguns serviços, antes exclusivos para as classes média e alta, como é o caso o setor dos transportes aéreos, criou um gargalo que provocou uma deterioração destes serviços, o que incomodou diretamente os setores médios e obtiveram uma forte repercussão na *mídia*.

No campo cultural, o País vive também um quadro expressivo de mudança de religiosidade. No período autoritário, o Brasil era basicamente católico e a Igreja representava um papel de destaque no apoio às causas sociais e na luta por sua redemocratização. Contudo, essa visão política mais comprometida com o coletivo veio se alterando dentro da igreja católica desde então. Ao mesmo tempo, houve um aumento muito significativo de grupos evangélicos, que passaram a constituir uma forte bancada no parlamento. Grande parte destes grupos apresentam elevados níveis de intolerância a valores que não os seus. Essas mudanças contribuíram para criar resistências tanto do lado da Igreja Católica como dos evangélicos a temas políticos e morais como a luta pelo direito ao aborto ou contra a homofobia. São poucos os grupos evangélicos que demonstram uma maior abertura (destacando-se na cidade de Salvador o Pastor Djalma).

Neste novo cenário encontra-se um governo popular, com uma base política frágil e pouco confiável. Ao mesmo tempo em que tenta introduzir mudanças, ele se depara com o encargo de manter a ordem e a coesão com partidos de sustentação (pacto conservador).

Como aponta Andre Singer, o Lulismo chegou a um círculo de debate que trouxe mais radicalização, mas ao mesmo tempo permitiu o acesso ao mundo do consumo a um grande contingente da população, criando, também ao mesmo tempo, um nível de demanda maior, que não consegue ter respostas diante de aspectos estruturais e superestruturais da democracia existente.

As mudanças, mesmo que limitadas, provocaram insatisfações entre os setores médios e conservadores da população, que resistem à implantação de programas de reparação e de redistribuição de renda (compensatórios), como o de Cotas para Afrodescendentes nas Universidades Públicas, o Programa do Bolsa Família ou o da Regulamentação do Emprego Doméstico (a PEC das Domésticas). Estas são bandeiras que apresentam um custo político elevado para o governo entre os segmentos médios, que dispõem de grande acesso às *mídias* e foram incluídos no conjunto de questões apresentadas durante os protestos.

Esses temas novos, aliados a demandas antigas como a questão do direito à saúde e à educação e a luta contra a corrupção, foram articulados por meio de mecanismos não tradicionais dos movimentos sociais.

A participação de pequenos grupos, concentrados através das redes sociais, deu às manifestações uma característica pontual semelhante às do fenômeno conhecido como (*flashmob*), em que indivíduos isolados se mobilizam para um determinado evento, de forma rápida, através das redes. Isto resultou em manifestações efêmeras, em que um grupo extremamente pequeno (ou apenas um indivíduo) se voltava para questões, por exemplo, da sexualidade, enquanto outros se posicionavam contra aprovação de uma proposta de mudança constitucional, que reduzia o poder dos Ministérios Públicos.

O aparecimento de uma *mídia* dos próprios manifestantes, que gravavam e narravam os acontecimentos em tempo real, e sua *postagem* em redes como o Facebook, You Tube ou o Twitter, gerou uma visibilidade em larga escala, que de certo modo acabou influenciando a participação de novos grupos de jovens e estimulando a articulação de novas mobilizações.

Chega-se, assim, a um cenário em que as questões se acumulam e respondê-las passa a ser crucial para a compressão dos recentes movimentos de rua no Brasil.

Caso tratemos esses movimentos como uma multidão contrária à nova soberania global e seus impactos negativos para o desenvolvimento de uma democracia de caráter social, eles teriam que possuir um projeto unificador, oriundo de dentro desses movimentos. Assim, faz-se necessária a existência de vanguardas,

grupos que atuem como mediadores entre o poder instituído e a multidão. E como isso pode se dar num movimento apartidário, com a marca de uma horizontalidade, como consta dos princípios do MPL?

Acreditamos que esse não é de fato o princípio que norteia uma parcela mais “militante” dos que estão “nas ruas”, como se vê de forma explícita e implícita. Na realidade, os estudos empíricos desenvolvidos em Salvador, Bahia, mostram claramente que os partidos ainda constituem o elemento catalisador dos movimentos sociais e a maioria das mobilizações da sociedade civil tem sido possível com os partidos atuando como os grandes intermediadores.

Mas isso não atenua os *déficits* da representação, como já vem sendo estudado há algum tempo, e se os partidos ainda são “autores” e “atores” fortes na política, não o são mais numa perspectiva de uma democracia partidária, na defesa de princípios em que o eleitor se reconheça.

E não se pode desconsiderar que os movimentos aqui levantados, além de terem um caráter policlassista e não chegarem a uma identidade coletiva, como pode ser observado através da violência interna e desacordos entre os grupos, portam interesses conflitantes e antagônicos, pois são grupos sociais distintos e a compreensão dessa tensão ou é frágil ou apresenta diferentes perspectivas de visões de mundo.

Tendemos a concordar com Tilly, quando ele afirma que a maior disponibilidade de movimentos sociais assinala a presença de instituições democráticas fomentando o seu próprio funcionamento, pois atuam como canais de participação para diversos grupos. Neste aspecto, parece que a atuação da presidente Dilma Rousseff, como observou Manuel Castells, foi a de uma governante sensível às vozes que vinham das ruas, atenta à viabilização da participação popular, com uma proposta de consulta pública ou de um plebiscito sobre uma Constituinte além de trazer o tema da reforma política, que vem sendo discutido activamente por alguns grupos de esquerda no Brasil.

Hoje, passado quase um ano dos eventos de junho, observa-se que houve, sem dúvida, um grande refluxo nas movimentações e que as manifestações de rua, ao contrário do que alguns teóricos esperavam, não foram capazes de criar ou descentralizar os espaços decisórios, de clivar novas identidades coletivas ou estimular uma nova forma de pensar e fazer política.

Arriscamo-nos a afirmar que as experiências institucionais criadas a partir da Constituição de 1988, como os inúmeros tipos de Conselhos, os Orçamentos Participativos, os Fóruns e as Audiências Públicas, parecem despontar como formas de ampliação da participação popular como apontam estudos nessa área através de grupos de pesquisa de algumas universidades brasileiras e que têm procurado estabelecer variáveis que possam avaliar com rigor essas experiências, como é o caso da Universidade de Campinas/UNICAMP e da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Referências bibliográficas

Castells, Manuel. (2013). *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro, Zahar.

Gohn, Maria da Glória. (2008). *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 3.ed. São Paulo: Loyola.

_____ (2010). *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

Espiñeira Gonzalez, Maria Victória. (2011) O movimento estudantil no Brasil (1998-2005). In Marin, S. G.; Sáenz, A. M. S. (Coordenadoras).(2011) *154 años de movimientos estudiantiles em Iberoamérica*. México, UNAM.

Nogueira, Marco Aurélio. (2013). *Ruas e a Democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: Contraponto.

Sader, Emir (2013). *Governo paga caro por não ter democratizado a mídia*. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/> Acesso em 26 de junho de 2013.

Tarrow, Sidney. (2009). *O poder em Movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes

Tilly, Charles. (2009) *Los Movimientos Sociales, 1768-2008. Desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Crítica

ⁱ Autores como Evelina Dagnino classificam os projetos políticos na América Latina em três categorias, a saber: projeto democrático liberal (Chile); projeto democrático participativo (Brasil), etc., projeto autoritário (México) etc.

ⁱⁱ Esse movimento de rua contou com a presença do Partido Comunista do Brasil- PCdoB. Tese de mestrado em Ciências Sociais de Alba Maria e tese de História de Ademir Ferreira

ⁱⁱⁱ Os dados apresentados e os textos citados do MPL estão disponíveis em <http://www.mpl.org.br/> Acesso março de 2014

^{iv} Gison, Giórgio Zimann (s.d.) Dissertação de Mestrado, Universidade de Leiden, Holanda.

^v O comentarista Arnaldo Jabor, da Rede Globo de Televisão, se tornou motivo de piada internacional num vídeo veiculado no YouTube, onde num dia criticava veementemente os protestos e, no dia seguinte, passava a exaltá-los.

^{vi} Texto publicado na revista *Insight Inteligência* Disponível em <http://www.insightinteligencia.com.br/> Acesso em março de 2014